

ALEXANDRE MAZZA

Pós-doutor pela Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Professor de Direito Administrativo e Direito Tributário da Rede LFG.

Autor das obras *Manual de Direito Tributário*,
Administrativo #naprática, *Tributário #naprática* e *Relação Jurídica de Administração Pública*, todas pela Saraiva Educação. Advogado.

Manual de **DIREITO**
ADMINISTRATIVO

10ª edição

2020

saraiva  jur

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota do autor à 10ª edição</i>	31
<i>Nota do autor à 1ª edição</i>	33
1 NOÇÕES GERAIS	37
1.1 Conceito de Direito Administrativo	37
1.2 Taxinomia do Direito Administrativo	38
1.3 Direito Administrativo <i>versus</i> Ciência da Administração	39
1.4 Administração Burocrática <i>versus</i> Administração Gerencial	39
1.4.1 “Estado em rede”	41
1.5 Características técnicas do Direito Administrativo	41
1.6 Critérios para definição do objeto do Direito Administrativo	43
1.7 Principais escolas do Direito Administrativo	48
1.8 Normas, princípios e regras.....	51
1.8.1 Diferenças entre princípios e regras	52
1.9 Objeto imediato e mediato do Direito Administrativo.....	55
1.10 Direito Administrativo como “direito comum”	55
1.11 Pressupostos do Direito Administrativo	56
1.12 Autonomia do Direito Administrativo.....	56
1.13 Estado, Governo, Poder Executivo, administração pública, poder executivo e poder público.....	57
1.14 Sentidos da expressão “Administração Pública”	58
1.14.1 O que significa a expressão “Fazenda Pública”?	59
1.14.2 Administração Pública introversa e extroversa	61
1.15 Tarefas precípuas da Administração Pública moderna	61
1.16 Interpretação do Direito Administrativo.....	62
1.16.1 Inovações hermenêuticas trazidas pela Lei n. 13.655/2018	63
1.17 Relação com outros ramos	64
1.18 Codificação do Direito Administrativo	67
1.19 Fontes do Direito Administrativo.....	69
1.19.1 Outras fontes: precedente, súmula vinculante administrativa.....	72
1.19.2 Classificações das fontes	75

1.19.3	Taxonomia das fontes	77
1.20	Sistemas administrativos.....	78
1.20.1	Sistema da jurisdição una.....	78
1.20.2	Sistema do contencioso administrativo	78
1.20.3	Como se cria um contencioso.....	80
1.21	Competência para legislar.....	81
1.22	Reserva de lei complementar no Direito Administrativo.....	82
1.23	Iniciativa de projetos de lei.....	83
1.24	Função administrativa	83
1.24.1	Conceito	86
1.25	Função administrativa e função de governo.....	93
1.26	Tendências do Direito Administrativo moderno.....	94
1.27	A Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, e os novos parâmetros decisórios na Administração Pública	97
1.28	Dez dicas especiais para a véspera da prova.....	99
1.29	Quadro sinótico	101
1.30	Questões	106
	Gabarito	108
2	PRINCÍPIOS	109
2.1	Importância dos princípios administrativos.....	109
2.2	Dupla funcionalidade dos princípios	110
2.3	Princípios como mandamentos de otimização	110
2.4	Regime jurídico-administrativo	110
2.5	Supraprincípios do Direito Administrativo	111
2.5.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	111
2.5.1.1	A “desconstrução” da supremacia do interesse público. Crítica da crítica	114
2.5.2	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	116
2.6	Princípios constitucionais do Direito Administrativo	117
2.6.1	Princípio da participação (art. 37, § 3º, da CF)	118
2.6.2	Princípio da celeridade processual (art. 5º, LXXVIII, da CF).....	118
2.6.3	Princípio do devido processo legal formal e material (art. 5º, LIV, da CF)	119
2.6.3.1	Devido processo legal como garantia finalística.....	120
2.6.3.2	Devido processo legal diferido no tempo (<i>a posteriori</i>). Providências acauteladoras.....	120
2.6.4	Princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF).....	121
2.6.5	Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).....	121
2.6.5.1	Princípio do duplo grau. Vantagens e desvantagens da via administrativa.....	121
2.6.5.1.1	Vantagens e desvantagens da via administrativa.....	122
2.6.6	Princípio da legalidade.....	124
2.6.6.1	Conceito.....	124
2.6.6.2	Legalidade: sentido negativo e sentido positivo	125
2.6.6.3	Bloco da legalidade e princípio da juridicidade	126
2.6.6.4	Tríplice fundamento constitucional	127
2.6.6.5	Legalidade privada e legalidade pública.....	129
2.6.6.6	Exceções à legalidade	130
2.6.6.7	Teoria da supremacia especial.....	130
2.6.7	Princípio da impessoalidade.....	132

	2.6.7.1	Subprincípio da vedação da promoção pessoal.....	133
2.6.8		Princípio da moralidade.....	135
	2.6.8.1	Conteúdo jurídico da moralidade administrativa.....	137
	2.6.8.2	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....	139
	2.6.8.3	O problema da “moral paralela”.....	139
	2.6.8.4	Súmula Vinculante 13 do STF (antinepotismo).....	140
	2.6.8.5	Resolução n. 7 do CNJ (antinepotismo).....	141
	2.6.8.6	Instrumentos para defesa da moralidade.....	142
	2.6.8.7	Lei de Improbidade Administrativa.....	143
2.6.9		Princípio da publicidade.....	143
	2.6.9.1	Transparência, divulgação oficial e publicação. Divulgação de vencimentos dos servidores públicos.....	144
	2.6.9.2	Objetivos da publicidade.....	144
	2.6.9.3	Formas de publicidade.....	145
	2.6.9.4	Natureza jurídica da publicação dos atos gerais.....	145
	2.6.9.5	Exceções à publicidade.....	146
	2.6.9.6	Atos secretos e improbidade administrativa.....	146
	2.6.9.7	Nova Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)..	147
2.6.10		Princípio da eficiência.....	148
	2.6.10.1	Eficiência, eficácia e efetividade.....	149
	2.6.10.2	Institutos correlatos.....	149
2.7		Princípios infraconstitucionais.....	150
	2.7.1	Princípio da autotutela.....	151
	2.7.2	Princípio da obrigatória motivação.....	152
	2.7.2.1	Motivação, motivo, causa, móvel e intenção real.....	152
	2.7.2.2	Cronologia entre motivo, ato e motivação.....	153
	2.7.2.3	Abrangência do dever de motivar.....	153
	2.7.2.4	Motivação dispensada.....	154
	2.7.2.5	Momento da motivação.....	154
	2.7.2.6	Três atributos da motivação.....	155
	2.7.2.7	Motivação <i>aliunde</i>	155
	2.7.2.8	Motivação como elemento formal do ato administrativo..	155
	2.7.2.9	Teoria dos motivos determinantes.....	155
	2.7.3	Princípio da finalidade.....	156
	2.7.4	Princípio da razoabilidade.....	157
	2.7.5	Princípio da proporcionalidade.....	158
	2.7.5.1	Proporcionalidade perante a lei e proporcionalidade na lei.....	159
	2.7.5.2	Os subprincípios da proporcionalidade na jurisprudência do STF: a teoria dos três testes.....	160
	2.7.5.3	A proliferação dos elementos integrantes da proporcionalidade.....	160
	2.7.6	Princípio da responsabilidade.....	161
	2.7.7	Princípio da segurança jurídica: visão clássica.....	162
	2.7.7.1	Segurança jurídica prevista na Constituição Federal....	163
	2.7.7.2	Boa-fé, segurança jurídica e proteção à confiança legítima.....	164
	2.7.7.3	Princípio da segurança jurídica em sentido objetivo (<i>rechtssicherheit</i>). A endosseguença.....	164
	2.7.7.4	Proteção à confiança legítima (<i>vertrauensschutz</i>).....	165
	2.7.7.4.1	Justificativas para manutenção de atos ilegais.....	166

2.7.7.4.2	O caso da viúva de Berlim	166
2.7.7.4.3	Confiança ilegítima?	166
2.7.7.4.4	Aplicações práticas da proteção à confiança ..	167
2.7.7.4.5	Requisitos para aplicação do princípio	167
2.7.7.4.6	Excludentes da proteção à confiança	167
2.7.7.5	Autovinculação da Administração	168
2.7.7.6	Teoria dos atos próprios (<i>venire contra factum proprium</i>). Requisitos para aplicação	168
2.7.7.7	Diferenças entre a teoria dos atos próprios e o princípio da proteção à confiança legítima	169
2.7.7.8	Segurança jurídica e 5 anos para anular atos ilegais. Estabilização de benefícios ilegais	169
2.7.7.8.1	Anulação de atos praticados antes da Lei n. 9.784/99	170
2.7.7.9	Teoria do <i>prospective overruling</i>	170
2.7.8	Princípio da boa administração	170
2.7.9	Princípio do controle judicial ou da sindicabilidade	170
2.7.10	Princípios da continuidade do serviço público e da obrigatorieda- de da função administrativa	170
2.7.11	Princípio da descentralização ou especialidade	172
2.7.12	Princípio da presunção de legitimidade	172
2.7.13	Princípio da isonomia	173
2.7.14	Princípio da hierarquia	175
2.7.15	Outros princípios	176
2.8	Princípios de meio e princípios finalísticos	177
2.9	Art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99	178
2.10	Jurisprudência	178
2.10.1	STJ	178
2.10.2	STF	179
2.10.3	Repercussão Geral	180
2.11	Quadro sinótico	181
2.12	Questões	186
	Gabarito	188
3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	189
3.1	Introdução	189
3.2	Concentração e desconcentração	189
3.2.1	Espécies de desconcentração	191
3.3	Centralização e descentralização	191
3.4	Relações entre os dois fenômenos	192
3.5	Comparação entre desconcentração e descentralização	193
3.6	Teoria do órgão público	193
3.6.1	Teoria da imputação volitiva de Otto Gierke	194
3.6.1.1	Previsão constitucional da teoria da imputação volitiva...	195
3.6.1.2	Desdobramentos da teoria da imputação volitiva	195
3.6.2	Espécies de órgãos públicos	195
3.6.2.1	Órgãos administrativos despersonalizados anômalos....	197
3.6.2.2	Natureza especial dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e das Defensorias Públicas	197
3.6.3	Conceitos de órgão, entidade e autoridade na Lei n. 9.784/99	198
3.7	Personalidade estatal	198

3.7.1	Entidades federativas <i>versus</i> entidades públicas da Administração Indireta.....	199
3.8	Entidades da Administração Pública Indireta. Devido processo legal de criação.....	201
3.8.1	Autarquias.....	202
3.8.1.1	Características.....	202
3.8.1.2	Espécies de autarquias.....	205
3.8.1.2.1	Natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil.....	206
3.8.1.2.2	OAB está sujeita ao controle do TCU a partir de 2020.....	208
3.8.2	Fundações públicas.....	208
3.8.3	Agências reguladoras.....	209
3.8.3.1	Cronologia de criação das agências federais.....	210
3.8.3.2	Entidades “desagencificadas”.....	212
3.8.3.3	Casos polêmicos.....	213
3.8.3.4	Natureza jurídica.....	214
3.8.3.5	Quarentena.....	216
3.8.3.5.1	Características da quarentena brasileira.....	216
3.8.3.6	Novo marco regulatório das agências (Lei n. 13.848/2019).....	216
3.8.3.7	Diretorias colegiadas.....	217
3.8.3.7.1	Requisitos para nomeação dos dirigentes.....	218
3.8.3.8	Classificação das agências reguladoras.....	219
3.8.3.9	Poder normativo.....	220
3.8.3.9.1	Teoria da deslegalização (delegificação).....	221
3.8.3.10	Supervisão ministerial e recursos hierárquicos impróprios.....	223
3.8.4	Agências executivas.....	225
3.8.4.1	Histórico.....	226
3.8.4.2	Características.....	227
3.8.4.3	Comparação entre agências executivas e agências reguladoras.....	228
3.8.5	Associações públicas.....	228
3.8.6	Empresas estatais.....	230
3.8.6.1	Empresas públicas.....	231
3.8.6.1.1	Características.....	232
3.8.6.2	Sociedades de economia mista.....	233
3.8.6.2.1	Características.....	234
3.8.7	Outras características das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	235
3.8.7.1	Empresas subsidiárias e empresas controladas.....	237
3.8.7.1.1	Alienação do controle societário das estatais. Desnecessidade de autorização legislativa no caso das subsidiárias e controladas.....	237
3.8.8	Fundações governamentais de direito privado.....	238
3.8.9	Fundações de apoio.....	240
3.8.10	Novo Estatuto Jurídico da Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Subsidiárias (Lei n. 13.303/2016).....	240
3.8.10.1	Extinção do procedimento licitatório simplificado no âmbito da Petrobras.....	243
3.9	Entes de cooperação.....	243
3.9.1	Entidades paraestatais. Serviços sociais do Sistema “S”.....	243

3.9.1.1	Características dos serviços sociais	245
3.9.1.2	Agências sociais do Sistema “S”	247
3.9.2	Terceiro setor.....	248
3.9.2.1	Organizações sociais.....	249
3.9.2.2	Oscips.....	251
3.9.2.3	Comparação entre organizações sociais e Oscips	253
3.9.2.3.1	Regime das parcerias voluntárias (Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014)	254
3.10	Jurisprudência	257
3.10.1	STJ	257
3.10.2	STF.....	264
3.10.3	Repercussão Geral	265
3.11	Quadro sinótico	269
3.12	Questões	276
	Gabarito	278
4	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	279
4.1	Função dogmática da teoria do ato administrativo	279
4.2	Atos administrativos e demais atos jurídicos	280
4.3	Conceitos doutrinários.....	281
4.4	Nosso conceito	282
4.5	Fato administrativo.....	283
4.6	Atos da Administração.....	286
4.7	Silêncio administrativo.....	288
4.8	Atributos do ato administrativo	290
4.8.1	Presunção de legitimidade.....	290
4.8.1.1	Presunções de validade, legalidade, veracidade, legitimidade e licitude	292
4.8.2	Imperatividade ou coercibilidade.....	292
4.8.3	Exigibilidade.....	293
4.8.4	Autoexecutoriedade	293
4.8.5	Tipicidade.....	295
4.8.6	Outros atributos.....	296
4.9	Existência, validade e eficácia.....	296
4.9.1	Existência ou perfeição do ato administrativo	298
4.9.1.1	Teoria do ato administrativo inexistente	299
4.9.2	Validade do ato administrativo	304
4.9.3	Eficácia do ato administrativo.....	304
4.10	Mérito do ato administrativo	305
4.10.1	Controle judicial tríplice sobre o mérito do ato administrativo.....	306
4.10.2	Grave inoportunidade e grave inconveniência.....	307
4.11	Requisitos do ato administrativo.....	307
4.11.1	Corrente clássica (Hely Lopes Meirelles).....	307
4.11.1.1	Resolução n. 160 do Contran e os sinais sonoros emitidos pelos agentes de trânsito por meio de silvos de apito	310
4.11.2	Corrente moderna (Celso Antônio Bandeira de Mello)	311
4.11.3	Diferentes teorias sobre a nulidade do ato.....	312
4.12	Vícios em espécie.....	314
4.13	Classificação dos atos administrativos.....	317
4.13.1	Atos discricionários e atos vinculados.....	317
4.13.2	Atos simples, compostos e complexos	319

4.13.3	Outras classificações dos atos administrativos.....	322
4.13.3.1	Quanto aos destinatários.....	322
4.13.3.2	Quanto à estrutura.....	322
4.13.3.3	Quanto ao alcance.....	322
4.13.3.4	Quanto ao <i>objeto</i>	323
4.13.3.5	Quanto à manifestação de vontade.....	323
4.13.3.6	Quanto aos efeitos.....	323
4.13.3.7	Quanto ao conteúdo.....	323
4.13.3.8	Quanto à situação jurídica que criam.....	324
4.13.3.9	Quanto à eficácia.....	324
4.13.3.10	Quanto à exequibilidade.....	325
4.13.3.11	Quanto à retratabilidade.....	325
4.13.3.12	Quanto ao modo de execução.....	326
4.13.3.13	Quanto ao objetivo visado pela Administração.....	326
4.13.3.14	Quanto à natureza da atividade.....	326
4.13.3.15	Quanto à função da vontade administrativa.....	327
4.14	Espécies de ato administrativo.....	327
4.14.1	Atos normativos.....	328
4.14.2	Atos ordinatórios.....	329
4.14.3	Atos negociais.....	330
4.14.4	Atos enunciativos.....	332
4.14.4.1	Natureza jurídica e espécies de parecer.....	333
4.14.4.1.1	Parecer obrigatório.....	334
4.14.4.1.2	Parecer facultativo.....	334
4.14.4.1.3	Parecer vinculante.....	335
4.14.4.1.4	Parecer não vinculante.....	335
4.14.4.1.5	Parecer normativo.....	336
4.14.4.1.6	Parecer comum.....	336
4.14.4.1.7	Parecer suspensivo.....	336
4.14.4.1.8	Parecer não suspensivo.....	336
4.14.4.1.9	Parecer de mérito.....	336
4.14.4.1.10	Parecer de legalidade.....	336
4.14.4.1.11	Parecer referencial.....	336
4.14.4.1.12	Responsabilidade do parecerista.....	337
4.14.5	Atos punitivos.....	338
4.14.6	Espécies de ato quanto à forma e quanto ao conteúdo.....	338
4.15	Extinção do ato administrativo.....	338
4.15.1	Revogação.....	340
4.15.1.1	Competência para revogar.....	341
4.15.1.2	Objeto do ato revocatório.....	341
4.15.1.3	Fundamento e motivo da revogação.....	341
4.15.1.4	Efeitos da revogação.....	342
4.15.1.5	Natureza do ato revocatório.....	342
4.15.1.6	Forma do ato revocatório.....	342
4.15.1.7	Natureza da revogação.....	342
4.15.1.8	Características da competência revocatória.....	342
4.15.1.9	Limites ao poder de revogar.....	342
4.15.1.10	Revogação de atos complexos.....	343
4.15.1.11	Anulação da revogação: possibilidade.....	343
4.15.1.12	Revogação da revogação: polêmica. Efeito repristinatório.....	343
4.15.1.13	Revogação da anulação: impossibilidade.....	344

4.15.1.14	Anulação da anulação: possibilidade.....	344
4.15.1.15	Revogação e dever de indenizar.....	344
4.15.2	Anulação ou invalidação.....	344
4.15.2.1	Competência para anular.....	345
4.15.2.2	Objeto e natureza do ato anulatório.....	345
4.15.2.3	Efeitos da anulação.....	346
4.15.2.3.1	Modulação dos efeitos anulatórios.....	346
4.15.2.4	Forma do ato anulatório.....	346
4.15.2.5	Natureza da competência anulatória.....	346
4.15.2.6	Anulação e indenização.....	347
4.15.2.7	Limites ao dever anulatório.....	347
4.15.2.8	Comparação entre revogação e anulação.....	347
4.15.3	Cassação.....	348
4.15.4	Caducidade ou decaimento.....	348
4.15.5	Contraposição.....	348
4.15.6	Extinções inominadas.....	348
4.16	Convalidação.....	348
4.16.1	Teoria dos atos sanatórios.....	351
4.17	Conversão.....	351
4.18	Jurisprudência.....	352
4.18.1	STJ.....	352
4.18.2	STF.....	353
4.18.3	Repercussão Geral.....	354
4.19	Quadro sinótico.....	355
4.20	Questões.....	360
	Gabarito.....	362
5	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO.....	363
5.1	Poderes-deveres.....	363
5.2	Uso regular e irregular do poder.....	363
5.3	Abuso de poder.....	363
5.3.1	Abuso de poder pressupõe agente competente?.....	364
5.3.2	Crime de abuso de autoridade.....	364
5.3.3	Abuso de poder <i>versus</i> abuso de autoridade.....	366
5.4	Excesso de poder.....	367
5.5	Desvio de finalidade.....	368
5.5.1	Tredestinação lícita.....	370
5.5.1.1	Tredestinação <i>versus</i> adestinação.....	371
5.6	Poder vinculado.....	371
5.7	Poder discricionário.....	371
5.8	Poder disciplinar.....	376
5.9	Poder hierárquico.....	377
5.9.1	Delegação de competência.....	379
5.9.2	Avocação de competência.....	380
5.9.3	Supervisão ministerial.....	380
5.10	Poder regulamentar.....	381
5.10.1	Espécies de regulamento.....	383
5.10.2	Regulamentos autônomos ou independentes.....	383
5.10.3	Regulamento executivo e a função redutora da discricionariedade..	385
5.10.4	Nem toda lei admite regulamentação.....	386
5.10.5	Poder regulamentar e previsão legal.....	386

5.10.6	Competência regulamentar e delegação	386
5.10.7	Referenda ministerial ou secretarial	387
5.11	Poder de polícia ou limitação administrativa	387
5.11.1	Poder de polícia: sentido amplo e sentido estrito	388
5.11.2	Conceitos doutrinários	389
5.11.3	Conceito legal de poder de polícia	390
5.11.4	Nosso conceito	390
5.11.5	Poder de polícia: vinculado ou discricionário?	392
5.11.6	Características	393
5.11.7	Polícia administrativa <i>versus</i> polícia judiciária	395
5.11.8	Alcance quinquipartite do poder de polícia	396
5.12	Jurisprudência.....	397
5.12.1	STJ.....	397
5.12.2	STF	399
5.13	Quadro sinótico	400
5.14	Questões.....	404
	Gabarito.....	406
6	RESPONSABILIDADE DO ESTADO	407
6.1	Introdução	407
6.2	Evolução histórica.....	408
6.2.1	Teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873).....	409
6.2.2	Teoria da responsabilidade subjetiva (1874 até 1946).....	410
6.2.2.1	Hipóteses de aplicação da teoria subjetiva.....	410
6.2.3	Teoria da responsabilidade objetiva (1947 até hoje).....	411
6.3	Evolução da responsabilidade estatal no direito positivo brasileiro	412
6.4	Linha do tempo.....	414
6.5	Responsabilidade na Constituição de 1988.....	416
6.5.1	Art. 37, § 6º, da CF e a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke..	417
6.5.2	As cinco teorias decorrentes do art. 37, § 6º, da CF.....	418
6.6	Fundamentos do dever de indenizar.....	419
6.7	Risco integral e risco administrativo. Excludentes do dever de indenizar...	419
6.8	Características do dano indenizável.....	423
6.9	Responsabilidade por atos lícitos.....	424
6.10	Danos por omissão	426
6.10.1	Tese da “reserva do possível”	428
6.11	Relações de custódia.....	428
6.11.1	A condição do preso.....	429
6.12	Ação indenizatória.....	432
6.12.1	A posição isolada da 4ª Turma do STJ.....	433
6.12.2	Prazo prescricional	434
6.12.2.1	Prazo prescricional contra Fazenda estadual, distrital ou municipal.....	434
6.12.2.2	Qual o prazo prescricional para ações propostas pela Fazenda Pública?	435
6.13	Denúnciação à lide	435
6.14	Ação regressiva.....	436
6.15	Responsabilidade do servidor estatutário federal na Lei n. 8.112/90.....	437
6.16	Responsabilidade dos concessionários de serviços públicos.....	438
6.17	Responsabilidade por atos legislativos, regulamentares e jurisdicionais...	440
6.18	Responsabilidade dos notários e registradores.....	441

6.19	Danos causados por agente fora do exercício da função.....	444
6.20	Responsabilidade pré-negocial.....	444
6.21	Responsabilidade subsidiária <i>versus</i> responsabilidade solidária	445
6.22	Responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas na Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	446
6.22.1	Desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção ..	447
6.23	Reparação do dano pela via administrativa.....	447
6.24	Jurisprudência	448
6.24.1	STJ	448
6.24.2	STF.....	453
6.24.3	Repercussão Geral.....	453
6.25	Quadro sinótico	455
6.26	Questões	458
	Gabarito	460
7	LICITAÇÃO.....	461
7.1	Introdução	461
7.2	Finalidades da licitação.....	461
7.3	Conceitos doutrinários.....	462
7.4	Nosso conceito	462
7.4.1	Análise dos elementos conceituais	463
7.5	Natureza jurídica.....	464
7.6	Competência para legislar.....	464
7.7	Normatização infraconstitucional.....	465
7.8	Natureza jurídica da Lei n. 8.666/93	466
7.9	Fundamento constitucional do dever de licitar	467
7.10	Pressupostos da licitação	468
7.11	Extensão material do dever de licitar: objeto da licitação.....	469
7.12	Extensão pessoal do dever de licitar.....	469
7.12.1	Organizações sociais.....	470
7.12.2	Organizações da sociedade civil de interesse público	471
7.12.3	Entidades paraestatais.....	471
7.12.4	Conselhos de classe.....	472
7.12.5	Ordem dos Advogados do Brasil.....	472
7.12.6	Empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	473
7.12.7	Entidades que não se sujeitam ao dever de licitar.....	474
7.12.8	Programa “Minha Casa, Minha Vida”	474
7.13	Princípios específicos da licitação.....	475
7.14	Incidência dos princípios gerais	476
7.15	Tipos de licitação.....	477
7.16	Modalidades licitatórias	479
7.16.1	Concorrência	480
7.16.2	Tomada de preços	481
7.16.3	Convite	482
7.16.4	Concurso	482
7.16.5	Leilão.....	483
7.16.6	Consulta.....	483
7.16.7	Pregão	484
7.16.7.1	Bens e objetos comuns.....	485
7.16.7.2	Hipóteses de vedação	488
7.16.7.3	Modalidades.....	488

7.16.7.4	Procedimento do pregão.....	488
7.16.8	Quadro comparativo entre as modalidades.....	491
7.16.9	Licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010).....	494
7.17	Registro de preços.....	494
7.17.1	Carona em registro de preços.....	496
7.18	Registros cadastrais.....	496
7.19	Comissão de licitação.....	497
7.20	Fases da concorrência.....	497
7.20.1	Instrumento convocatório.....	498
7.20.2	Habilitação.....	501
7.20.3	Classificação.....	503
7.20.4	Homologação. Anulação e revogação. Responsabilidade pré-negocial.....	505
7.20.5	Adjudicação.....	506
7.21	Contratação direta.....	508
7.21.1	Dispensa de licitação.....	508
7.21.1.1	Licitação fracassada e licitação deserta.....	514
7.21.2	Inexigibilidade.....	514
7.21.3	Licitação vedada ou proibida.....	516
7.21.4	Licitação dispensada.....	516
7.21.5	Responsabilidade por superfaturamento.....	518
7.22	Crimes na Lei n. 8.666/93.....	518
7.23	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – Lei n. 12.462, de 5 de agosto de 2011.....	520
7.24	Jurisprudência.....	523
7.24.1	STJ.....	523
7.24.2	STF.....	524
7.25	Quadro sinótico.....	525
7.26	Questões.....	530
Gabarito.....		532
8	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	533
8.1	Introdução.....	533
8.2	Conceitos doutrinários.....	533
8.3	Nosso conceito.....	535
8.4	Competência para legislar.....	535
8.5	Contratos da Administração e contratos administrativos.....	536
8.6	Contratos <i>versus</i> convênios.....	536
8.7	Prévia licitação.....	537
8.8	Normas aplicáveis.....	537
8.9	Características dos contratos administrativos.....	538
8.10	Diferenças em relação aos contratos privados.....	540
8.11	Arbitragem e mediação para solução de conflitos em direito público.....	542
8.12	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	543
8.13	Sujeitos do contrato.....	544
8.14	Contratos em espécie.....	545
8.14.1	Contrato de obra pública.....	545
8.14.2	Contrato de fornecimento.....	546
8.14.3	Contrato de prestação de serviço.....	546

8.14.4	Contrato de concessão	547
8.14.4.1	Concessão de serviço público	547
8.14.4.1.1	Base legislativa	548
8.14.4.1.2	Natureza jurídica (controvérsia)	548
8.14.4.1.3	Conceito legislativo	549
8.14.4.1.4	Nosso conceito.....	549
8.14.4.1.5	Características da concessão de serviço público.....	550
8.14.4.1.6	Direitos e obrigações dos usuários	552
8.14.4.1.7	Encargos do poder concedente	552
8.14.4.1.8	Encargos da concessionária.....	553
8.14.4.1.9	Intervenção.....	554
8.14.4.1.10	Formas de extinção da concessão.....	554
8.14.4.1.11	Subconcessão.....	557
8.14.4.1.12	Serviços públicos passíveis de concessão....	558
8.14.4.1.13	Reversão de bens	558
8.14.5	Permissão de serviço público.....	559
8.14.5.1	Permissão é ato ou contrato administrativo?.....	559
8.14.5.2	Hipóteses de uso da permissão de serviço público	561
8.14.6	Concessão precedida de obra pública.....	562
8.14.7	Concessão de uso de bem público.....	562
8.14.8	Contrato de gerenciamento.....	563
8.14.9	Contrato de gestão.....	563
8.14.10	Termo de parceria.....	564
8.14.11	Parceria público-privada (PPP).....	565
8.14.11.1	Abrangência da Lei n. 11.079/2004.....	565
8.14.11.2	Conceito e características.....	566
8.14.11.3	Diretrizes legais	567
8.14.11.4	Vedações à celebração de PPPs	568
8.14.11.5	Garantias.....	568
8.14.11.6	Modalidades.....	569
8.14.11.7	Sociedade de propósito específico (art. 9º)	569
8.14.12	Consórcio público.....	570
8.14.12.1	Consórcios públicos da Lei n. 11.107/2005.....	570
8.14.12.1.1	Conceito e atribuições.....	572
8.14.12.1.2	Procedimento para celebração do consórcio	572
8.14.12.1.3	Regras especiais sobre licitações	574
8.14.12.1.4	Celebração de convênio e exigência de regularidade (Lei n. 13.821, de 3-5-2019) ...	574
8.14.13	Contrato de convênio.....	575
8.14.14	Contrato de credenciamento.....	575
8.14.15	Contrato de trabalhos artísticos	575
8.14.16	Contrato de empréstimo público.....	576
8.14.17	Contrato de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)	576
8.15	Formalização dos contratos administrativos.....	576
8.16	Cláusulas exorbitantes.....	577
8.16.1	Exigência de garantia.....	578
8.16.2	Alteração unilateral do objeto	578
8.16.3	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	579
8.16.4	Inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido	579

8.16.5	Rescisão unilateral.....	580
8.16.6	Fiscalização.....	581
	8.16.6.1 Terceirização de mão de obra.....	581
8.16.7	Aplicação de penalidades.....	582
	8.16.7.1 Existe ordem legal de penalidades?.....	583
	8.16.7.2 Competência para aplicação da pena.....	583
8.16.8	Ocupação provisória (art. 58, V).....	583
8.17	Estudo do equilíbrio econômico-financeiro.....	583
	8.17.1 Circunstâncias excepcionais que autorizam a revisão tarifária....	585
	8.17.2 Novos benefícios tarifários e equação econômico-financeira.....	587
8.18	Duração e execução dos contratos em geral. Responsabilidade por encargos previdenciários do contratado.....	587
	8.18.1 Extinção.....	589
8.19	Extinção do contrato e dever de indenizar.....	590
8.20	Anulação do contrato e indenização.....	590
8.21	Crimes.....	590
8.22	Jurisprudência.....	591
	8.22.1 STJ.....	591
	8.22.2 STF.....	593
8.23	Quadro sinótico.....	594
8.24	Questões.....	599
	Gabarito.....	601
9	AGENTES PÚBLICOS.....	603
9.1	Agentes públicos.....	603
9.2	Agentes políticos.....	603
	9.2.1 Magistrados, promotores, procuradores da República e diplomatas...	604
9.3	Ocupantes de cargos em comissão.....	606
9.4	Contratados temporários.....	607
9.5	Agentes militares.....	608
9.6	Servidores públicos estatutários.....	609
9.7	Empregados públicos.....	611
	9.7.1 Obrigatória motivação na dispensa de empregados por empresas públicas: jurisprudência do STF.....	613
9.8	Particulares em colaboração com a Administração (agentes honoríficos)	614
9.9	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	614
	9.9.1 Acumulação e teto remuneratório.....	616
	9.9.2 Acumulação e jornada semanal máxima: inaplicabilidade.....	617
9.10	Concurso público.....	618
	9.10.1 Conceito e natureza jurídica.....	618
	9.10.2 Fundamentos.....	618
	9.10.3 Concurso como “princípio” e suas exceções.....	618
	9.10.4 Tipos de concurso.....	619
	9.10.5 Direito sumular.....	620
	9.10.6 Pressupostos para abertura do concurso.....	621
	9.10.7 Validade do concurso.....	621
	9.10.8 Direitos do candidato aprovado no concurso.....	622
	9.10.9 Aprovação em concurso: expectativa de direito ou direito subjetivo à nomeação?.....	622
	9.10.9.1 Resumindo os fatos jurídicos conversores.....	625
	9.10.9.2 Direito à nomeação <i>versus</i> restrição orçamentária.....	625

9.10.9.3	Instrumento processual apropriado para garantir o direito à nomeação	625
9.10.9.4	Servidor nomeado por decisão judicial não tem direito a indenização	626
9.10.10	Provimento em lotação com vacância potencial no futuro	626
9.10.11	Recusa de vaga e alocação no final da fila de aprovados.....	626
9.10.12	Concurso público e teoria da perda da chance	627
9.10.13	Princípio do livre acesso aos cargos públicos.....	627
9.10.14	Dever de intimação pessoal do candidato nomeado em concurso público.....	628
9.10.15	Tatagem pode desclassificar em concurso público?	628
9.11	Reserva de vagas para portadores de deficiência	630
9.11.1	Reserva de vagas na contratação temporária.....	631
9.12	Análise do regime estatutário federal (Lei n. 8.112/90).....	631
9.12.1	Linha do tempo.....	632
9.12.2	Cargo público.....	632
9.12.2.1	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas	632
9.12.2.2	Conceitos de servidor público e provimento.....	633
9.12.2.3	Nomeação	634
9.12.2.4	Promoção	634
9.12.2.5	Readaptação.....	635
9.12.2.6	Reversão.....	635
9.12.2.7	Aproveitamento	636
9.12.2.8	Reintegração.....	637
9.12.2.9	Recondução.....	637
9.12.2.10	Formas de provimento que são direitos constitucionais de qualquer servidor estatutário e formas de provimento que exigem previsão no respectivo estatuto	637
9.12.3	Posse.....	638
9.12.4	Exercício	638
9.12.5	Estágio probatório	639
9.12.6	Confirmação.....	641
9.12.7	Estabilidade.....	642
9.12.7.1	Tipos de estabilidade (art. 19 do ADCT).....	643
9.12.7.2	Disponibilidade	643
9.12.8	Saída do cargo	644
9.13	Vacância.....	645
9.14	Remoção.....	645
9.15	Redistribuição	646
9.16	Direitos e vantagens do servidor.....	646
9.17	Vencimento e remuneração	646
9.17.1	Regime de subsídios.....	648
9.17.1.1	Exigência de lei para fixar ou alterar remuneração de servidores públicos.....	649
9.18	Indenizações.....	649
9.19	Retribuições, gratificações e adicionais	651
9.20	Férias	651
9.21	Licenças.....	651
9.22	Afastamentos e concessões.....	652
9.23	Direito de petição	653

9.24	Direito de greve. Policiais não podem fazer greve.....	653
9.25	Tetos remuneratórios.....	653
9.25.1	Exceção ao teto remuneratório.....	655
9.26	Previdência dos servidores.....	655
9.27	Regime disciplinar.....	657
9.28	Deveres do servidor.....	657
9.29	Proibições aplicáveis ao servidor.....	657
9.30	Sêxtupla responsabilidade dos servidores públicos.....	658
9.31	Processo disciplinar.....	660
9.31.1	Requisitos para composição da comissão processante.....	662
9.31.2	Penalidades.....	663
9.31.3	Competência para aplicação das sanções disciplinares.....	664
9.31.4	Reabilitação. Revisão. Proibidos de retornar ao serviço público ...	665
9.31.5	Prescrição. Infração funcional tipificada como crime (STJ).....	665
9.32	Jurisprudência.....	665
9.32.1	STJ.....	665
9.32.2	STF.....	687
9.32.3	Repercussão Geral.....	705
9.33	Quadro sinótico.....	713
9.34	Questões.....	718
	Gabarito.....	720
10	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	721
10.1	Introdução.....	721
10.2	Base constitucional.....	722
10.3	Defesa constitucional da moralidade administrativa.....	723
10.4	Competência para legislar sobre improbidade administrativa.....	724
10.5	Abrangência e natureza da Lei n. 8.429/92. Atos praticados antes da vigência da LIA.....	724
10.6	Sujeito passivo do ato de improbidade.....	725
10.7	Sujeito ativo do ato de improbidade.....	726
10.7.1	Particulares sujeitos à LIA (improbidade imprópria) e o “caso Guilherme Fontes”.....	728
10.7.1.1	Ação de improbidade particular versus particular?.....	730
10.7.2	A questão dos agentes políticos.....	730
10.7.3	Teoria da ignorância deliberada (<i>willful blindness</i>) ou “teoria do avestruz” (<i>ostrich instructions</i>).....	733
10.7.4	Responsabilização do parecerista e do consultor jurídico.....	734
10.8	Espécies de ato de improbidade.....	734
10.8.1	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º).....	735
10.8.1.1	Sanções cabíveis.....	736
10.8.2	Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	737
10.8.2.1	Sanções cabíveis.....	739
10.8.3	Atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A) ...	740
10.8.4	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).....	740
10.8.4.1	Sanções cabíveis.....	741
10.9	Atos de improbidade tipificados no Estatuto da Cidade.....	741

10.10	Categorias de atos de improbidade	743
10.11	Declaração de bens.....	745
10.12	Improbidade administrativa e princípio da insignificância. Meras Irregularidades	745
10.12.1	Improbidade tentada	745
10.13	Procedimento administrativo. Medidas cautelares	746
10.14	Ação judicial de improbidade.....	748
10.14.1	Ação de improbidade e independência das instâncias.....	751
10.15	Dosimetria da pena. A função das penas cíveis (STJ)	752
10.16	Improbidade e devido processo legal	752
10.17	Prescrição	753
10.18	A questão da necessidade de dolo nas condutas.....	755
10.19	Condenação por improbidade e Lei da Ficha Limpa	756
10.20	Danos morais na ação de improbidade	757
10.21	Jurisprudência	757
10.21.1	STJ.....	757
10.21.2	Repercussão Geral.....	762
10.22	Quadro sinótico	763
10.23	Questões	767
	Gabarito	770
11	RELAÇÃO JURÍDICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	771
11.1	Introdução	771
11.2	Vantagens da teoria	771
11.3	Conceitos doutrinários.....	772
11.3.1	Crítério subjetivo.....	773
11.3.2	Crítério misto.....	773
11.3.3	Crítério formal.....	773
11.4	Nosso conceito	774
11.5	Diversas classificações das relações jurídico-administrativas.....	774
11.5.1	Quanto ao alcance.....	774
11.5.2	Quanto à estrutura.....	774
11.5.3	Quanto à presença da Administração.....	774
11.5.4	Quanto ao objeto	775
11.5.5	Quanto à duração	775
11.5.6	Quanto às partes envolvidas	775
11.5.7	Quanto à reciprocidade	775
11.5.8	Quanto aos efeitos.....	775
11.5.9	Quanto à posição das partes.....	776
11.5.10	Quanto ao nível de organização	776
11.5.11	Quanto ao regime jurídico.....	777
11.6	<i>Status</i>	777
11.7	Situações subjetivas no Direito Administrativo	778
11.8	Diversas modalidades de poderes.....	779
11.8.1	Direito subjetivo	779
11.8.2	Potestade ou poder <i>stricto sensu</i>	780
11.8.3	Interesse legítimo	780
11.8.4	Interesse simples.....	780
11.8.5	Expectativa de direito	780
11.8.6	Poderes-deveres.....	780

11.8.7	Prerrogativas funcionais	781
11.8.8	Direito adquirido	781
11.9	Diversas modalidades de deveres	781
11.9.1	Obrigação	781
11.9.2	Dever <i>stricto sensu</i>	781
11.9.3	Sujeição	781
11.9.4	Encargo	782
11.9.5	�nus	782
11.9.6	Carga	782
11.10	Nascimento das rela�es jurídico-administrativas	782
11.11	Modifica�o das rela�es jurídico-administrativas	783
11.12	Extin�o das rela�es jurídico-administrativas	783
11.13	Quadro Sinótico	784
11.14	Questões	787
	Gabarito	787
12	BENS PÚBLICOS	789
12.1	Divergência conceitual	789
12.2	Disciplina no Código Civil	791
12.3	Domínio público	792
12.4	<i>Res nullius</i>	795
12.5	Bens públicos da União	795
12.6	Bens públicos dos Estados	796
12.7	Bens públicos do Distrito Federal	797
12.8	Bens públicos dos Municípios	797
12.9	Bens públicos dos Terr�rios Federais	797
12.10	Bens públicos da Administra�o Indireta	797
12.11	Bens públicos de concessionários e permissionários	798
12.12	Classifica�o	798
12.12.1	Bens de uso comum do povo	799
12.12.2	Bens de uso especial	799
12.12.3	Bens dominicais	800
12.13	Bens públicos necessários e bens públicos acidentais	802
12.14	Atributos	802
12.14.1	Obriga�es de pequeno valor (OPVs) e sequestro de recursos públicos	804
12.15	Requisitos para aliena�o dos bens públicos	804
12.16	Afeta�o e desafeta�o	805
12.17	Patrim�nio público disponível e patrim�nio público indisponível	807
12.18	Formas de uso	807
12.19	Concessão, permissão e autoriza�o	808
12.19.1	Banca de jornal: permissão ou autoriza�o?	810
12.20	Aforamento público	811
12.21	Formas de aquisi�o e aliena�o	811
12.22	Jurisprudência	812
12.22.1	STJ	812
12.22.2	STF	812
12.22.3	Repercussão Geral	812
12.23	Quadro Sinótico	814
12.24	Questões	817
	Gabarito	819

13	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	821
13.1	Fundamento geral	821
13.2	Requisitos para cumprimento da função social.....	821
13.3	Formas supressivas e formas não supressivas de domínio	822
13.4	Formas ilícitas de intervenção estatal na propriedade?	822
13.5	Procedimentos, atos e fatos interventivos na propriedade privada.....	823
13.6	“Autointervenção” na propriedade?	823
13.7	Desapropriação.....	824
13.8	Confisco	824
13.9	Perdimento de bens.....	825
13.10	Poder de polícia (limitação administrativa)	826
13.11	Servidão administrativa	828
	13.11.1 Poder de polícia <i>versus</i> servidão administrativa.....	829
13.12	Tombamento	830
	13.12.1 Tombamento de uso	832
13.13	Requisição.....	833
	13.13.1 Requisição com perda de domínio?.....	834
13.14	Ocupação temporária.....	834
13.15	Quadro comparativo dos instrumentos de intervenção.....	835
13.16	Jurisprudência	836
	13.16.1 STJ	836
	13.16.2 Repercussão geral.....	836
13.17	Quadro sinótico	837
13.18	Questões	841
	Gabarito	843
14	DESAPROPRIAÇÃO	845
14.1	Introdução	845
14.2	Fundamentos jurídico-políticos.....	845
14.3	Competências para legislar, desapropriar e promover desapropriação	846
14.4	Base constitucional.....	847
14.5	Normatização infraconstitucional.....	847
14.6	Conceitos doutrinários.....	848
14.7	Nosso conceito	849
14.8	Forma originária de aquisição da propriedade.....	850
14.9	Institutos afins	851
14.10	Fundamentos normativos da desapropriação	852
	14.10.1 Necessidade pública	853
	14.10.2 Utilidade pública	853
	14.10.3 Interesse social	854
	14.10.3.1 Desapropriação por interesse social de competência comum?	855
14.11	Objeto da desapropriação	858
14.12	Exceções à força expropriante	859
14.13	Espécies de desapropriação.....	860
	14.13.1 Desapropriação para reforma agrária (art. 184 da CF).....	860
	14.13.1.1 Procedimento da desapropriação rural.....	862
	14.13.2 Desapropriação para política urbana (art. 182, § 4º, III, da CF).....	864
	14.13.3 Desapropriação de bens públicos.....	865
	14.13.4 Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....	866
	14.13.5 Desapropriação por zona.....	868

14.13.6	Desapropriação ordinária <i>versus</i> desapropriação extraordinária..	868
14.13.7	Desapropriação confiscatória	869
14.14	Fases da desapropriação	869
14.14.1	Mediação e arbitragem no rito expropriatório	871
14.15	Ação de desapropriação e imissão provisória	872
14.16	Retrocessão (art. 519 do CC).....	874
14.17	Indenização	876
14.17.1	Indenização do locatário pela perda do fundo de comércio	877
14.18	Desistência da desapropriação	877
14.19	Direito de extensão	878
14.20	Jurisprudência	878
14.20.1	STJ	878
14.21	Quadro Sinótico.....	880
14.22	Questões	883
	Gabarito	885
15	ESTATUTO DA CIDADE.....	887
15.1	Introdução	887
15.2	Natureza jurídica do Estatuto da Cidade.....	887
15.3	Diretrizes gerais da política urbana.....	888
15.4	Instrumentos da política urbana	890
15.4.1	Parcelamento, edificação ou utilização compulsória.....	891
15.4.2	IPTU progressivo no tempo.....	891
15.4.3	Desapropriação urbanística.....	892
15.4.4	Usucapião especial de imóvel urbano.....	892
15.4.5	Direito de superfície.....	893
15.4.6	Direito de preempção.....	893
15.4.7	Outorga onerosa do direito de construir.....	894
15.4.8	Operações urbanas consorciadas.....	894
15.4.9	Transferência do direito de construir.....	895
15.4.10	Estudo de impacto de vizinhança	895
15.4.11	Plano diretor	896
15.5	Gestão democrática da cidade.....	897
15.6	Jurisprudência	897
15.6.1	STJ	897
15.6.2	Repercussão Geral.....	897
15.7	Quadro Sinótico	898
15.8	Questões	901
	Gabarito	903
16	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	905
16.1	Serviços públicos e domínio econômico	905
16.2	Conceito de serviço público.....	906
16.3	Serviços públicos <i>uti universi</i> e <i>uti singuli</i>	907
16.4	Nosso conceito	909
16.5	Titularidade do serviço público	909
16.6	Serviços públicos federais, estaduais, municipais e distritais	910
16.6.1	Serviços notariais e de registro	911
16.6.2	Uber, Cabify e demais aplicativos de transporte privado	913
16.7	Princípios do serviço público.....	914
16.8	Serviços essenciais.....	917

16.9	Formas de prestação.....	918
16.10	Responsabilidade do prestador de serviços públicos.....	919
16.11	Formas de remuneração	919
16.12	Classificação dos serviços públicos.....	920
16.13	Direitos do usuário.....	922
16.14	Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos – Lei n. 13.460/2017 ..	922
16.15	Jurisprudência	924
	16.15.1 STJ.....	924
	16.15.2 STF.....	925
16.16	Quadro Sinótico.....	926
16.17	Questões.....	930
	Gabarito.....	932
17	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	933
17.1	Serviço público <i>versus</i> atividade econômica.....	933
17.2	Conceitos de domínio econômico e ordem econômica.....	934
17.3	Princípios da ordem econômica.....	934
17.4	Natureza tripartite das atividades econômicas.....	935
17.5	Regime jurídico da atividade econômica	935
17.6	Funções do estado na ordem econômica	935
	17.6.1 A força interna vinculante do planejamento estatal.....	935
17.7	Atividades estatais interventivas no domínio econômico.....	935
	17.7.1 Exploração direta de atividade econômica pelo estado.....	936
	17.7.1.1 Personificação e exercício direto.....	936
	17.7.2 Polícia da economia.....	936
	17.7.2.1 Tributos interventivos. Cides.....	938
	17.7.3 Fomento a setores econômicos.....	938
17.8	Atividades econômicas sob monopólio.....	939
17.9	Infrações contra a ordem econômica.....	939
17.10	Jurisprudência	942
	17.10.1 STJ.....	942
17.11	Quadro sinótico	943
17.12	Questões.....	946
	Gabarito	949
18	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	951
18.1	Conceito.....	951
18.2	Objetivos	951
18.3	Natureza jurídica.....	951
18.4	Classificação.....	951
18.5	Controle administrativo	953
	18.5.1 Recurso hierárquico próprio e impróprio.....	954
18.6	Controle legislativo	954
	18.6.1 Tribunais de Contas	955
	18.6.1.1 Natureza jurídica dos Tribunais de Contas	957
	18.6.1.2 Simetria de regime entre os Tribunais de Contas e o Poder Judiciário.....	958
	18.6.1.3 Indispensabilidade da função dos Tribunais de Contas.....	958
	18.6.1.4 Características do processo de controle.....	958
	18.6.1.5 Alcance da imputação de débito	959
	18.6.1.6 Competência fiscalizadora e corretiva em procedimentos licitatórios.....	959

18.7	Controle judicial	959
18.8	Prescrição no Direito Administrativo.....	962
18.9	Coisa julgada administrativa	963
18.10	Jurisprudência	963
	18.10.1 STJ	963
	18.10.2 Repercussão Geral	965
18.11	Quadro Sinótico.....	966
18.12	Questões.....	970
	Gabarito	972
19	PROCESSO ADMINISTRATIVO	973
19.1	Processo administrativo na CF/88	973
19.2	Lei do Processo Administrativo – n. 9.784/99.....	973
	19.2.1 Incidência da Lei n. 9.784/99 sobre outras entidades federativas.....	974
19.3	Processo ou procedimento administrativo?	974
19.4	Espécies de processo administrativo	975
19.5	Princípios do processo administrativo.....	975
19.6	Conceitos de órgão, entidade e autoridade.....	976
19.7	Direitos do administrado	976
19.8	Deveres do administrado	977
19.9	Instauração do processo.....	977
19.10	Legitimados para o processo administrativo	978
19.11	Da competência.....	978
19.12	Impedimentos e suspeição no processo administrativo	979
19.13	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	980
19.14	Comunicação dos atos.....	980
19.15	Instrução do processo.....	981
19.16	Dever de decidir.....	981
19.17	Desistência.....	982
19.18	Recursos administrativos.....	982
	19.18.1 Permissão da <i>reformatio in pejus</i>	983
19.19	Dos prazos	983
19.20	Desburocratização de processos federais (Lei n. 13.726/2018).....	983
19.21	Jurisprudência	984
	19.21.1 STJ	984
	19.21.2 STF.....	988
	19.21.3 Repercussão Geral	990
19.22	Quadro Sinótico	991
19.23	Questões.....	995
	Gabarito	997
20	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000) ..	999
20.1	Justificativa.....	999
20.2	Bases constitucionais.....	999
20.3	Contexto histórico.....	1000
20.4	Compatibilidade com a Lei n. 4.320/64	1001
20.5	Objetivos da LRF e pressupostos da responsabilidade fiscal	1001
20.6	Natureza jurídica e âmbito de aplicação da LRF	1002
20.7	Conceito de receita corrente líquida.....	1002
20.8	Planejamento e sistema orçamentário na LRF	1002
20.9	Previsão e arrecadação da receita pública.....	1003

20.10	Renúncia de receita.....	1005
20.11	Geração de despesa pública.....	1006
20.12	Despesa obrigatória de caráter continuado.....	1006
20.13	Despesas com pessoal.....	1006
20.14	Controle da Despesa Total com Pessoal.....	1008
20.15	Quadro Sinótico.....	1010
20.16	Questões.....	1013
	Gabarito.....	1016
21	MAPAS MENTAIS	1017
21.1	Conceito.....	1017
21.2	Princípios.....	1018
21.3	Organização administrativa.....	1019
21.4	Poderes da administração.....	1020
21.5	Ato administrativo.....	1021
21.6	Responsabilidade do Estado.....	1022
21.7	Licitação.....	1023
21.8	Contratos administrativos.....	1024
21.9	Agentes públicos.....	1025
21.10	Improbidade Administrativa.....	1026
21.11	Bens públicos.....	1027
21.12	Intervenção na propriedade.....	1028
21.13	Desapropriação.....	1029
21.14	Estatuto da Cidade.....	1030
21.15	Serviços públicos.....	1031
21.16	Intervenção no domínio econômico.....	1032
21.17	Controle da Administração.....	1033
21.18	Processo administrativo.....	1034
	BIBLIOGRAFIA	1035